Autopista Planalto Sul

arteris

Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/MF nº 09.325.109/0001-73

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	2020 Valor do principal	2020 Juros	2019 Valor do principal	2019 Juros
20.05.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	9.000	621	9.000	319
20.09.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.500	164	3.500	49
21.10.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	11.500	484	11.500	109
19.11.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	9.000	341	9.000	49
20.12.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	4.000	133	4.000	5
20.01.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	13.000	388	–	–
20.03.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.200	161	–	–
06.04.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.000	41	–	–
20.04.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	4.200	81	–	–
20.11.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	8.500	23	–	–
07.12.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	800	1	–	–
21.12.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	10.000	7	–	–
			82.700	2.445	37.000	531

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras na rodovia, registrada no intangível da Sociedade em 31 de dezembro de 2020 no valor de R$878 (R$869 em 31 de dezembro de 2019), com vencimento médio de 30 dias. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade reconheceu o montante de R$215 a título de remuneração de seus administradores, incluídos os encargos, adicionado de R$1.116 relativo ao rateio da "*Holding*", que totalizam R$1.331 (R$1.353, em 31 de dezembro de 2019), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R$700. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. Arrendamento Mercantil a Pagar – A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	2020 Circulante	2020 Não circulante	2020 Total	2019 Circulante	2019 Não circulante	2019 Total
Saldo inicial	1.922	1.005	2.927	–	–	–
Adições/Reversões	2.128	9.068	11.196	4.798	2.204	7.002
Utilização	(4.401)	–	(4.401)	(4.389)	–	(4.389)
Ajuste a valor presente – AVP	358	–	358	314	–	314
Transferência	2.929	(2.929)	–	1.199	(1.199)	–
	2.936	7.144	10.080	1.922	1.005	2.927

Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2022	1.751
2023	1.816
2024	1.982
2025	1.595
Após 2025	–
	7.144

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	2020 Contratos com prazo inferior a 12 meses	2020 Contratos de baixo valor (de até R$5)	2019 Contratos com prazo inferido a 12 meses	2019 Contratos de baixo valor (de até R$5)
Imóveis	–	–	25	–
	–	–	25	–

Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R$4.465 (4.010 em 31 de dezembro de 2019). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a taxa média é de 8,42% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluídos os financiamentos do BNDES.

17. Benefícios a Empregados – A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2020 e dezembro de 2019, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R$746 e R$1.040. Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. Provisões – (a) Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios: A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é conforme segue:

	2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	2020
Cíveis	252	370	(2)	(275)	–	345
Trabalhistas	1.918	1.709	(246)	(1.089)	–	2.292
Regulatório	25.110	(361)	–	–	(1.008)	23.741
Total	27.280	1.718	(248)	(1.364)	(1.008)	26.378

	2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	2019
Cíveis	411	545	(214)	(490)	–	252
Trabalhistas	1.859	1.986	(1.069)	(858)	–	1.918
Regulatório	11.018	16.446	(2.342)	(12)	–	25.110
Total	13.288	18.977	(3.625)	(1.360)	–	27.280

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável pelos seus assessores jurídicos totalizando R$23.741 (R$25.110 em 31 de dezembro de 2019). As novas adições relativas ao ano de 2020 referem-se a processos em que é provável a aplicação do conceito da Continuidade Delitiva. A Sociedade, a partir do ano de 2018, vêm adotando em suas tratativas junto ao órgão regulador essa modalidade, a Continuidade Delitiva, onde, quando da ocorrência de aplicação de diversas penalidades da mesma natureza em um mesmo ato de fiscalização, essas penalidades adicionais à primeira aplicada são canceladas através do pagamento de apenas um dos processos relativos a infração cometida, quando não há mais discussão do mérito. Diante da possibilidade de aplicação desse conceito pela ANTT e considerando a possibilidade de pagamento de certas penalidades com o correspondente cancelamento de um determinado número de outras penalidades, a Sociedade avaliou e com base em seu melhor julgamento e estimativa fez o provisionamento de tais processos. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R$28.539 (R$40.107 em 31 de dezembro de 2019). Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos em 31 de dezembro de 2020 representam o montante de R$1.987 (R$2.736 em 31 de dezembro de 2019). Os depósitos judiciais no montante de R$4.848 (R$2.294 em 31 de dezembro de 2019), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R$1.064 há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT. (b) Provisão para manutenção: A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 3,66% a.a., considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é conforme segue:

	Circulante Manutenção em rodovia	Não circulante Manutenção em rodovia	Total Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2019	27.397	19.747	47.144
Adições/Reversões	10.689	20.668	31.357
Utilizações	(20.335)	–	(20.335)
Ajuste a valor presente	1.711	1.282	2.993
Transferências	14.594	(14.594)	–
Saldo em 31.12.2020	34.056	27.103	61.159

	Circulante Manutenção em rodovia	Não circulante Manutenção em rodovia	Total Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	21.119	17.976	39.095
Adições/Reversões	16.045	15.973	32.018
Utilizações	(27.019)	–	(27.019)
Ajuste a valor presente	1.652	1.398	3.050
Transferências	15.600	(15.600)	–
Saldo em 31.12.2019	27.397	19.747	47.144

Os pagamentos efetuados nos exercícios em 31 de dezembro de 2020 referentes às manutenções realizadas foram de R$22.411 (R$24.365 em 31 de dezembro de 2019).

19. Patrimônio Líquido – a) Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2020 é de R$1.128.034, composto por 1.721.076.003 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R$1.094.734 que representa 1.656.659.368 ações. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2019 era de R$1.128.034, composto por 1.721.076.003 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado era de R$1.086.534 que representava 1.639.924.675 ações. A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.01.2020	AGE**	Dinheiro	–	–	500
05.02.2020	AGE**	Dinheiro	–	–	200
20.02.2020	AGE**	Dinheiro	–	–	7.500
			–	–	8.200

(**) Subscrição de capital conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 19 de julho de 2019.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não há constituição de dividendos mínimos obrigatórios devido ao resultado final apurado no exercício de 2020 ter apresentado prejuízo líquido.

20. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	2020	2019
Receitas operacionais		
Receita de serviços prestados	175.726	180.202
Receita de serviços de construção – ICPC 01 (R1)	59.159	73.381
Receitas acessórias	886	815
Receita bruta	235.771	254.398
Impostos sobre receitas operacionais		
ISSQN	(8.830)	(9.051)
PIS	(1.135)	(1.150)
COFINS	(5.235)	(5.309)
Outras deduções	(120)	(32)
Deduções das receitas brutas	(15.320)	(15.542)
Receita líquida	220.451	238.856

21. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:

	2020	2019
Custos:		
Com pessoal	(12.287)	(11.271)
Serviços de terceiros	(16.658)	(17.254)
Conservação	(13.844)	(14.960)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.188)	(1.200)
Consumo	(3.147)	(3.138)
Transportes	(1.576)	(1.677)
Verba de fiscalização	(3.642)	(3.525)
Seguros/Garantias	(1.870)	(1.710)
Provisão de manutenção em rodovias	(31.357)	(32.018)
Custos de serviços da construção	(59.159)	(73.381)
Depreciação/Amortização	(95.109)	(89.361)
Outros	(331)	(1.590)
Total	(240.168)	(251.085)

	2020	2019
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(5.148)	(4.951)
Serviços de terceiros	(1.662)	(2.069)
Manutenção de bens e conservação	(732)	(545)
Consumo	(438)	(447)
Transportes	(120)	(105)
Seguros/Garantias	(31)	(8)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(1.470)	(15.352)
Comunicação e marketing	(93)	(267)
Indenizações à terceiros	–	(10)
Publicações legais	(173)	(156)
Depreciação/Amortização	(506)	(572)
Outros	(648)	(893)
Total	(11.021)	(25.375)

22. Resultado Financeiro – Está representado por:

	2020	2019
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	717	1.489
Créditos fiscais (a)	587	43
Atualização monetária dos processos regulatórios	1.001	–
Outras receitas	5	103
Total	2.310	1.635

	2020	2019
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(40.008)	(41.405)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(3.351)	(3.421)
Outras despesas	(897)	(1.821)
Total	(44.256)	(46.647)

	2020	2019
Variação cambial liquída:		
Variação cambial	(89)	(24)
Total	(89)	(24)

(*) Do total de R$40.008 referente a juros de financiamentos, o valor de R$2.204 foi capitalizado e reconhecido como adição de intangível no fluxo de caixa.

(a) Créditos fiscais na atualização de impostos a recuperar e recuperação de créditos com PIS e a COFINS. A partir de 01.07.2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente, de acordo com o Decreto Nº 8.426, de 1º de Abril de 2015. Porém após a Instrução Normativa RFB Nº 1731, de 22 de agosto de 2017, as tributações destes impostos não se aplicam a companhias de concessões rodoviárias, que após apresentação dos Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), gerou o crédito fiscal estornando os impostos já reconhecidos.

23. Demonstração dos Fluxos de Caixa – a) Informações suplementares

	2020	2019
Total das adições de intangível e intangível em andamento	62.103	76.106
Total das adições de imobilizado	–	58
Juros capitalizados – financiamentos	(550)	(820)
Juros capitalizados – debêntures	(1.654)	(1.708)
	59.899	73.636
Aquisição (adições)	(59.899)	(73.636)
Fornecedores	(1.810)	1.426
Obrigações fiscais	984	(431)
Contas a pagar – partes relacionadas	1.845	244
Cauções contratuais	(272)	473
Realização manutenção ICPC 01 em rodovias	(20.335)	(27.019)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e intangível em andamento	(79.487)	(98.943)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período , que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(19.588)	(25.307)

24. Prejuízo por Ação – O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	2020	2019
Básico/Diluído		
Prejuízo do período	(48.702)	(53.582)
Número de ações durante período	1.721.076	1.721.076
Prejuízo por ação	(0,0283)	(0,0311)

(*) Em milhares. Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação, pois não houve durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	2020 Contábil	2020 Valor justo	2019 Contábil	2019 Valor justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	8.757	8.757	5.653	5.653
Aplicação Financeira	Nível 2	1	5.313	5.313	6.476	6.476
Contas a receber clientes	Nível 2	2	7.843	7.843	7.163	7.163
Contas a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	180	180	301	301
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	14.674	14.674	13.330	13.330
Outros Créditos	Nível 2	2	282	282	449	449
			37.049	37.049	33.372	33.372
Passivo						
Financiamentos (**)	Nível 2	2	248.554	248.554	261.382	261.382
Empréstimos – Risco sacado	Nível 2	2	123	123	245	245
Debêntures privada – partes relacionadas	Nível 2	2	85.145	85.145	–	–
Partes relacionadas passivas	Nível 2	2	2.098	2.098	950	950
Debêntures (**)	Nível 2	1	171.679	192.635	159.378	176.810
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	16.292	16.292	18.822	18.822
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	309	309	297	297
Outras contas a pagar	Nível 2	2	631	631	5.666	5.666
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))(***)	Nível 2	1	10.080	10.080	2.927	2.927
			534.911	555.867	487.198	504.630

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado; (**) Vide nota 12; (***) Não escopo do CPC 48.

Mensuração do valor justo: O pronunciamento técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis. Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. a) Exposição a riscos de taxas de juros: A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	3,00%	3,75%	4,50%
Receita de aplicações financeiras	703	878	1.054
Juros a incorrer – Mútuos e Debêntures privadas (*)	(3.449)	(4.097)	(4.745)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(2.746)	(3.219)	(3.691)
TJLP	4,55%	5,69%	6,83%
Juros a incorrer – BNDES (*)	(16.541)	(19.202)	(21.863)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	(16.541)	(19.202)	(21.863)
IPCA	3,34%	4,18%	5,01%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(19.815)	(21.419)	(23.023)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(19.815)	(21.419)	(23.023)
Juros a incorrer líquido no resultado	(39.102)	(43.840)	(48.577)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 04 de janeiro de 2021, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos. Em 31 de dezembro de 2020 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R$7.140 (R$6.652 em 31 de dezembro de 2019) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, Companhia Brasileira de Soluções e Serviços e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica "Contas a receber". A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. c) Risco de liquidez e gestão de capital: Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R$103.373 (R$88.522 em 31 de dezembro de 2019). A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são

continua ...